

Natássia Duarte Garcia Leite de Oliveira*

Editorial

As Artes Da Cena Nos Palcos Das Infâncias

Editorial

As Artes Da Cena Nos Palcos Das Infâncias

DOSSIÊ – “AS ARTES DA CENA NOS PALCOS DAS INFÂNCIAS”.

O Menino Azul, de Cecília Meireles
O menino quer um burrinho
para passear.
Um burrinho manso, que não corra nem pule,
mas que saiba conversar.
O menino quer um burrinho
que saiba dizer
o nome dos rios,
das montanhas, das flores,
– de tudo o que aparecer.
O menino quer um burrinho
que saiba inventar histórias bonitas
com pessoas e bichos
e com barquinhos no mar.
E os dois sairão pelo mundo
que é como um jardim
apenas mais largo
e talvez mais comprido
e que não tenha fim.
(Quem souber de um burrinho desses,
pode escrever
para a Ruas das Casas,
Número das Portas,
ao Menino Azul que não sabe ler).

Historicamente, diferentes estudos e pesquisas brasileiras e em outros países mostraram em diferentes recortes e campos epistemológicos – fenomenológico; sócio-histórico-dialético; histórico-cultural; sociologia da infância; abordagem historiográfica; entre outros – que o período da infância foi negligenciado e as crianças estiveram invisibilizadas e silenciadas. Nas três últimas décadas, no entanto, esse o quadro tem se modificado, visto que houve a efetivação dos diversos direitos paulatinamente conquistados, sobretudo, por meio de lutas dos movimentos sociais os quais se voltam à infância (Barbosa, 2002). E o conceito plural de infânciaS ganhou força, assim como a compreensão de que cada criança é um ser único.

Ao buscarmos compreender a infância e suas abordagens conceituais, faz-se indispensável pensarmos as intersecções históricas, sociais, culturais, econômicas, étnico-raciais, religiosas, de gênero, entre outras. Isso, porque as condições objetivas e a acessibilidade às experiências estéticas, bem como a

formação cultural marcarão definitivamente o desenvolvimento e a aprendizagem de cada criança, impactando em seus processos de subjetivação e constituição de sua subjetividade, portanto.

No Brasil, elementos significativos foram alterados com a revisão crítica e progressista sobre a instauração do Código de Menores de 1927 e 1979 (Brasil, 2015); após o amplo debate e promulgação da Constituição Federal (Brasil/ CF, 1988); e, posteriormente, na elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil/ECA, 1990a). Com esses marcos de proteção dos direitos sócio-políticos e culturais das crianças brasileiras e de suas famílias, as lutas pela cidadania das crianças foram favorecidas.

O ECA, principalmente, rompeu com as versões negativas sobre a infância e fortaleceu a noção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos sociais e políticos. Como mostrou Altina Silva (2011, p. 23), o Estatuto implicou em um reordenamento institucional, desautorizando a “intervenção arbitrária do Estado no destino de crianças e adolescentes”. Ao assumir a concepção de criança como cidadã e possuidora de direitos individuais e sociais, abriram-se os debates sobre a responsabilidade do Estado para com o apoio efetivo às crianças e suas famílias, como o já preconizado na Constituição Federal dois anos antes.

Afora os documentos supracitados, que conseqüentemente impactaram nas novas legislações educacionais, outras perspectivas foram sendo apontadas nos diferentes campos de conhecimento. Especificamente, a arte e a formação cultural passam a ser um direito da criança que deve ser assegurado pelo Estado, pela família e pela sociedade. No Capítulo IV, Art.54, inciso V, no ECA (Brasil/1990a) ficou instituído, por exemplo, o “Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”.

Foi a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1989, que inúmeros documentos em prol da infância foram produzidos e publicados após o amplo debate e promulgação da Constituição Federal (Brasil/ CF, 1988):

pelo Ministério da Educação (MEC); pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea); pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); pelo Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (SIPIA); e no âmbito dos Conselhos Tutelares; dentre outros órgãos e entidades importantes.

No contexto brasileiro, especificamente após a Convenção, foi criado um decreto em que fica evidente a Declaração Universal dos Direitos Humanos pelas Nações Unidas, proclamando que no período da infância a criança tem direito a cuidados e assistência especiais, levando em conta a importância das tradições e dos valores culturais de cada povo. E, aqui, destacamos o Artigo 13 (Brasil, 1990b), onde se lê:

1. A criança terá direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e idéias [sic] de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança.

As crianças, então, conquistaram espaço enquanto atores sociais. Além disso, outras conquistas importantes com relação ao direito à educação de qualidade e multireferenciada; e o acesso à cultura e à arte, levaram as instituições a se adequarem frente às novas exigências legais. Como levantam Ivone Barbosa e Marcos Soares (2018), dentre esses preceitos constitucionais, encontram-se também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil/LDBEN, 1996) e o Plano Nacional de Cultura (Brasil/PNC, 2010). Especialmente sobre o PNC, os autores destacam a seguinte passagem:

são necessárias as constantes interlocuções entre os legados de nossas matrizes culturais fundadoras, as linguagens do campo artístico, as dinâmicas territoriais locais e as demandas dos cidadãos e [das] cidadãs das diferentes faixas etárias [...] a fruição e a produção de diferentes linguagens artísticas consolidadas e de múltiplas identidades e expressões culturais, que nunca foram objeto de ação pública no Brasil, afirmam-se como direitos de cidadania.

Nesse contexto, aspectos culturais e artísticos, tanto na formação de professores quanto na formação das crianças passaram a ser pautados em âmbito local, regional, nacional e internacional. Diante dessa pauta, grupos, companhias e comunidades – não localizadas necessariamente em instituições de ensino – também vêm tentando se atualizar com relação às outras visões sobre a infância, traçando estratégias de trabalho com as crianças.

Aqueles/as que se interessaram/interessam pelo tema passaram a realizar estudos e pesquisas de maneira mais sistemática e verticalizada, levando em conta as teorias emergentes e as práticas orientadas por uma concepção na qual a criança seja protagonista e parte ativa nos processos de proposição, seja no campo das artes da cena, seja em outros campos de conhecimento. Pensar a pesquisa desenvolvida sobre/com/para/pelas crianças requer, obrigatoriamente, refletir acerca do seu protagonismo. A questão do protagonismo é fundamental, pois, como elucida Natália Fernandes e Rita de Cássia Marchi (2020, p.03):

[...] as crianças têm um papel central nos processos de construção de conhecimento acerca de si, o que exige um olhar mais denso e cuidadoso sobre os métodos de pesquisa e sobre a ética nas relações desenvolvidas nos enfoques investigativos mobilizados. Com argumentos que se consolidaram no campo acadêmico, esse percurso parece ter caminhado de uma quase invisibilidade das crianças como objetos ou sujeitos de pesquisa para a sua centralidade, sendo seus direitos de provisão, de proteção e de participação mobilizados de forma interconectada nesse processo. As crianças passam, assim, a ser consideradas sujeitos legítimos do conhecimento (*authoritative knowers*), em um movimento que vai desenvolvendo novas perspectivas metodológicas acerca da pesquisa sobre e com crianças, além de diferentes exigências éticas nas relações de investigação. Tal fato implica que o investigador deverá mobilizar a sua imaginação objetivando conceber aproximações metodológicas que respeitem a alteridade das crianças: seus tempos, suas agendas, suas linguagens; significa, ainda, que esse investigador deverá mobilizar um comprometimento ético apurado para convocar de forma respeitosa as vozes das crianças, sem as deixar subsumidas na voz do adulto que as interpreta.

Por essas questões expostas, a *Revista Artes da Cena*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Cena da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (PPGAC/ EMAC/ UFG), apresenta um dossiê dedicado às artes da cena e às infâncias, em dois números, os quais integram o volume 10 do periódico.

O primeiro número publicado foi composto por 13 textos de diferentes partes do país, contemplando as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste. Já o segundo número conta com 09 artigos, que inserem no mapa das produções as regiões Centro-Oeste, Norte, Sul e Sudeste.

Nos dois números do dossiê, quem deu voz às crianças brasileiras foram artistas, professores/as, pesquisadores/as dos seguintes estados: Amazonas (AM), Tocantins (TO); Goiás (GO), Mato Grosso do Sul (MS); Bahia (BA), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB); Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC); Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Dentre as inúmeras produções submetidas e aprovadas para esse volume, destacam-se a qualidade dos projetos em artes da cena desenvolvidos com as crianças pelas diversas universidades brasileiras e, principalmente, abarcando a educação básica. Contemplamos a visível e crescente preocupação com os aspectos concernentes à infância nos campos das artes cênicas e da educação, incluindo as crianças no bojo das investigações que as envolvem e nas quais estão envolvidas, concomitantemente.

Notamos, ainda, que houve um aumento significativo dos registros os quais abrangem: metodologias artístico-pedagógicas, procedimentos artísticos, relações entre adultos e crianças; estratégias de ensino e aprendizagem, etc. Ponderamos que, efetivamente, os estudos da infância têm impactado em transformações evidentes no trabalho desenvolvido com as crianças, pois, levam em consideração seus direitos, suas subjetividades e condições objetivas, seus aspectos de desenvolvimento e, inclusive, as suas faixas etárias específicas – dentre outras questões relevantes para sua formação de vida. São trabalhos notórios, com inserções no ensino, na pesquisa e na extensão universitárias

advindos de: disciplinas, estágios, trabalhos de conclusão de curso, mestrados e doutorados. As investigações relatam experiências desde a educação básica ao ensino superior, passando por experiências com educação infantil, ensino fundamental e estudantes de licenciatura dos cursos de dança, educação física, pedagogia e teatro. E damos destaque ao aumento de produções e atuações significativas junto às crianças de zero a seis anos, seja em produções fora das instituições, seja no ambiente institucional da educação infantil.

A nova edição da revista nos apresenta tal diversidade na perspectiva da arte como conhecimento, levando-nos a compreender a riqueza da cultura no Brasil e as multidimensões no trabalho desenvolvido com as crianças e para as infâncias. É perceptível o empenho ético dos pesquisadores, porque apresentam as infâncias plurais e, ao mesmo tempo, a singularidade de cada grupo específico pesquisado. Os trabalhos expõem aspectos locais e regionais, mas com inserções nacionais e internacionais em alguns casos.

Nestes artigos, não só as artes da cena, mas outras artes aparecem como propulsoras das práticas cênicas desenvolvidas: artes visuais, cinema, circo, contação de histórias, dança, literatura, teatro, performance. Estas, são atravessadas por uma diversidade de abordagens teóricas, distintos métodos, técnicas diversas e metodologias variadas. Demonstram-se, assim, não só a multiplicidade das ideias, concepções e práticas, mas a potência das criatividade na criação com crianças e a potencialidade das crianças que criam e cujas criações alçam voos para além dos tempos de infância.

Além das questões específicas concernentes às artes, com relação ao conteúdo, deparamo-nos com mais variados temas, tais como: saberes comunitários, vivências indígenas, corpo, memória, imaginário, brincar, contos de fada, currículo e políticas educacionais, patrimônio, religiosidade e gênero, etc. E percebemos a ocupação das crianças nos seus diversos espaços: comunidades, aldeias indígenas, terreiros, escolas, salas de ensaio, palcos, dentre outros.

Intitulado *As Artes da Cena nos palcos das infâncias*, o dossiê é um mote para pensarmos sobre, com, a partir e a favor da infância no fazer artístico, investigativo e docente, inundados de debates acerca dos processos criativos e formativos, em diálogo com as diferentes concepções de infâncias, culturas infantis, diversidade, diferença, acessibilidade e relações étnico raciais. A ênfase está diretamente relacionada com a formação, o protagonismo e a autonomia da criança participativa.

Além de darmos visibilidade às crianças, a ideia é abriremos uma escuta sensível de modo que cada vez mais elas se sintam acolhidas, ouvidas e cuidadas. E, desta forma, aproximamo-nos das formas de olhar, fazer e sentir da criança, para efetivamente compreendermos não só como cuidar de suas necessidades básicas, mas amparar seus desejos produtores e potencializar sua criatividade. Para tanto, o envolvimento, a interação, a mediação, a convivência e o vínculo com seus pares, os adultos e os espaços ocupados são fundamentais.

Por isso, ao elencarmos a pergunta “O que temos a aprender sobre as crianças a partir de suas investigações artísticas multilinguageiras nas Artes da Cena e sobre as Artes da Cena nas investigações artísticas multilinguageiras das crianças?”, por meio da Revista Arte da Cena, recomendamos o presente dossiê temático.

Nosso intuito é contrário ao rebaixamento e à instrumentalização das artes cênicas como forma de galgar conhecimento em outras disciplinas, mas sim, potencializarmos as artes da cena como campo de conhecimento em seu máximo exponencial (Oliveira, 2013). Um modo de proporcionarmos reconhecimento dos/das pesquisadores/as da infância e, principalmente, reconhecermos as crianças como sujeitos de direitos, propositoras e apreciadoras de experiências estéticas, cujos saberes culturais e fazeres artísticos estão diretamente ligados à formação, à contemplação, à capacidade de leitura, à interpretação em seus diversos contextos.

Porque como o menino azul com seu burrinho (Meireles e Hiratsuka, 2004), evocado na epígrafe deste texto de apresentação, toda criança tem direito a aprender a ler; e, lendo o mundo, em seu tempo de existência na infância, pode ir 'lendo-se' em suas realidades multidimensionais, seus sentidos das *arteirices* e seus imaginários infantis. E pode, ainda, aprender a ensinar e, encenando, *performar* infindáveis universos *poÉticamente*...

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ivone Garcia et. al.. **Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas**, Projeto de Pesquisa, NEPIEC, FE/UFG, impresso, 2002.

BARBOSA, Ivone Garcia; SOARES, Marcos Antônio. Educação Estética na Perspectiva Histórico-cultural: contribuições à educação infantil de orientação dialética. In: PEDERIVA, Patrícia Lima Martins; BARROS, Daniela; PEQUENO Saulo (orgs.). **Educar na perspectiva histórico-cultural: diálogos vigotskianos**. – Campinas: Mercado das Letras, 2018, p. 137-160.

BRASIL. **Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13/01/2025.

_____. **Constituição Federal** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 13/01/2025.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso em: 13/01/2025.

_____. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília, 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm Acesso em: 13/01/2025.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília,

1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
Acesso em: 13/01/2025.

_____. **Lei do Plano Nacional de Cultura**. Lei nº 12.343, 2010, Brasília.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm Acesso em: 13/01/2025.

FERNANDES, Natália; MARCHI, Rita de Cássia. A participação das crianças nas pesquisas. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 25 e250024 2020
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hr7QghNYKx3sY9QV6M7wktf/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13/01/2025.

MEIRELES, Cecília; HIRATSUKA, Lúcia. **O menino azul**. São Paulo: GLOBAL, 2004.

OLIVEIRA, Natássia Duarte Garcia Leite de. **Teatro Dialético em Terras Estranhas**: a (in)diferenciação entre sujeito e objeto na formação cultural. 2013. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2013.

SILVA, Altina Abadia da [et. al]. **Estatuto da criança e do adolescente – ECA**. Brasil. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Universidade Federal de Goiás. – 2. ed. – Goiânia: UFG/Ciar; FUNAPE, 2013.

***Natássia Garcia** é artista da cena, pesquisadora, profa. Dra. da Universidade Federal de Goiás. Atualmente atua como docente dos cursos de graduação em Teatro e Direção de Arte; e no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Artes da Cena – todos vinculados à Escola de Música e Artes Cênicas. É coordenadora dos seguintes laboratórios: Laboratório de Montagens Cênicas e Teatro Educação (LabMonTe/ EMAC/ UFG); Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Artes daCena (Lapiac), este vinculado à EMAC e à Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD/UFG); Laboratório de Criação de Indumentárias, Acervo de Figurino e Ateliê de Costura (LabCriaa). E, desde 2010, também é pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (NEPIEC).